

Ata n.º 3

Reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI) (Ordinária)

No dia 09 de março de 2020, pelas 15h00, no município de Vila Nova de Poiares, reuniu o **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI)** da Região de Coimbra convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), José Carlos Alexandrino Mendes, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ata n.º 2, de 20 maio de 2019;
2. Revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2021-2027;
3. Outros assuntos.

À hora anunciada na convocatória, o Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), José Alberto Pacheco Brito Dias, fez circular a lista de presenças para assinaturas dos presentes, que se junta como anexo à presente ata, tendo-se verificado a existência do *quórum* necessário.

O Vice-Presidente deu as boas vindas aos Conselheiros, justificou a ausência do Sr. Presidente do CI e agradeceu a presença de todos dando início à reunião.

1. Aprovação da Ata n.º 2, de 20 de maio de 2019

O Presidente do CI colocou à discussão e aprovação da ata n.º 2, de 20 de maio de 2019 não tendo sido suscitadas, pelo CEDI, quaisquer correções à mesma.

O Presidente do CI colocou a ata n.º 2, de 20 de maio de 2019, a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

2. Revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2021-2027;

O Vice-Presidente do CI recordou que a CIM RC solicitou, através de e-mail datado de 2 de março, aos senhores Conselheiros os comentários e contributos ao documento “Revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2021-2027 e que foram rececionados apenas alguns. Deu nota que o Instituto Pedro Nunes (IPN) foi contratado para auxílio neste processo tendo em conta a sua capacidade e saber.

O Presidente da CM de Vila Nova de Poiares agradeceu a presença de todos os Conselheiros, deu as boas vindas mostrando-se muito satisfeito com a escolha, descentralizada, do seu município para a realização da reunião e desejou que a mesma seja profícua com bons resultados nas decisões para a Região.

O Secretário Executivo Intermunicipal referiu os objetivos da política de coesão definidos para o país bem como as prioridades pós-2020 definidas pelo governo estabilizadas na agenda temática do futuro PT2030 – Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia.

De seguida os representantes do IPN, Carlos Cerqueira e Carla Duarte, fizeram a apresentação geral do documento da revisitação da estratégia, a metodologia a aplicar, o Diagnóstico/caraterização da situação atual com o devido enquadramento institucional da CIM RC, enquadramento territorial, acessibilidades e principais equipamentos, a visão e estratégia de desenvolvimento, o plano de ação colocando-se à disposição para responder a questões colocadas pelos Srs. Conselheiros.

Após uma breve pausa interveio o Dr. Miguel Ventura da Adiber dizendo, em representação dos sete Grupos de Ação Local (GAL) da Região de Coimbra, que se revêm nas linhas estratégicas apresentadas, no trabalho apresentado que decorre de um conjunto de propostas que vêm desde a UE e a nível nacional. O documento deixa bem expresso a diversidade que existe dentro deste território nomeadamente o litoral com maior prosperidade versus o pinhal interior norte, evidenciando os ativos do território diverso e que contribuem para um sistema coeso e harmonioso de todo o território. Destacou a importância da simplificação dos procedimentos e programas que vierem a ser implementados. Referiu que os GAL se encontram a elaborar a revisitação da estratégia, para os subterritórios, adequando-a às novas expectativas, que tem em consideração as grandes áreas elencadas neste documento e que em conjunto e entre si se valorizam visando a obtenção dos resultados que sejam os que todos ambicionam.

Tomou a palavra Regina Lopes, da Coimbra Mais Futuro, destacando a questão da centralidade da Agricultura que no seu entender deveria ser mais trabalhada, com maior dimensão no território e merece uma maior reflexão. Aludiu à articulação rural-urbano, entende que se deve aproveitar este potencial sendo um fator de coesão entre os diversos territórios. Face ao desafio das alterações climáticas entende que deve ser dado mais ênfase à bacia hidrográfica do Baixo Mondego.

Interveio Mário Fidalgo da Adelo, dizendo que existem algumas sub-regiões com características, especificidades e dinâmicas próprias que carecem de maior atenção, tornar inclusiva qualquer medida de apoio.

Em representação do IAPMEI tomou a palavra Lúcia Monteiro dizendo que o Instituto também se revê nas linhas gerais, no incremento da ligação com as universidades, no sentido de potenciar a inovação e a internacionalização das PME. Considera que o apoio às PME é fundamental, deve haver políticas de emprego, políticas de atração de imigrantes para regiões de baixa densidade dizendo ser uma estratégia integrada com a estratégia nacional.

Do IEFP, Glória Ferreira disse concordar com as ações estratégicas apresentadas até porque vão de encontro a uma das maiores preocupações: os desempregados de longa duração e os jovens. Deu nota que o IEFP já tem algumas medidas implementadas para atrair pessoas para o interior.

Em representação da ARS Mário Ruivo informa não ter recebido o documento e por essa razão não se pode pronunciar sobre o mesmo solicitando pronúncia futura.

Da CCDRC interveio o representante Magalhães Cardoso referindo o papel desta entidade que apreciará esta revisão da estratégia na sua formulação final, deu nota que a estratégia regional e a estratégia regional de especialização inteligente ainda não se encontram concluída “por forma a que a estratégia sub-regional possa ir nelas beber”, agradecendo o empenhamento da CIM RC. Entende que falta monitorizar a estratégia que se está a rever nomeadamente sobre o que aconteceu neste período de 2014-2020. Felicitou o exercício sério conseguido apesar de algumas falhas de diagnóstico (dados de 2011) sugerindo ao IPN a recolha dessa informação mais atual.

Tomou a palavra Ramiro Miranda, do Centro Distrital do Instituto de Segurança Social (CDISS) fazendo o enquadramento legal do CDISS, disse ser essencial conhecer o planeamento estratégico, enquadrar o plano quer ao nível de prioridades locais evitando sobreposições a não ser que se encaixem na prioridade local, complementaridade entre os planos nacionais e regionais. Deu nota de algumas medidas e programas de apoio ao desenvolvimento social em execução na sua componente de parceria, nomeadamente os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, a Rede Nacional de Cuidados Continuados, o projeto piloto Cuidador informal, a resposta social para os sem-abrigo, o programa de apoio alimentar aos mais carenciados. Julga que o próximo quadro comunitário deveria ser mais simples de concretizar. No âmbito do terceiro sector: associativismo, mencionou o primeiro aviso do Programa Pares 2.0 (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais), deu nota que em breve sairá outro aviso para outras respostas sociais e aludiu aos principais objetivos do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP).

De seguida interveio Rigoberto Correia, em representação da DGESTE, sugeriu que fosse incluído no documento apresentado a retirada do fibrocimento das escolas, o apetrechamento das escolas em termos de equipamentos (laboratório e recursos informáticos), com maior detalhe a formação do pessoal docente e principalmente não docente para melhor desempenho das funções.

Da entidade Turismo Centro de Portugal (TCP) interveio Filomena Pinheiro dizendo que este documento assenta na estratégia do Plano regional de desenvolvimento turístico construído com a participação de todos os agentes económicos do território na área do turismo.

Prosseguiu dizendo que todos os domínios acabam por impactar a qualidade e o desempenho do turismo e que o documento da revisitação espelha as prioridades e preocupações do TCP. Observando as ações passadas refere que a articulação é fundamental deve ser feita uma análise ao passado e aproveitar as melhores práticas e o que foi construído no território em termos de desenvolvimento e concertação e articulação. Salientou que os GAL neste último quadro foram pouco considerados, que são entidades diretamente envolvidos com os cidadãos e que ajudam a construir um território mais coeso, mais sustentável, desejando que tal posição mude neste próximo quadro.

Tomou a palavra António Russo, da Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do BM dizendo subscrever as palavras da Dr.^a Regina Lopes sobre a agricultura, lamenta a falta de investimento industrial na região, refere que a agricultura apesar de ser uma atividade económica com fraca resiliência é um cluster importante por toda a economia à volta da mesma, ressaltando a zona do baixo mondegó. Para si deve-se acrescentar a mobilização de recursos hídricos.

Tomou a palavra Paulo Santos em representação do IPN e aludiu à Rede de Incubadoras de Empresas da Região Centro (RIERC) à sua missão e seus objetivos. As seis incubadoras que existem neste território são um potencial de alavancagem e potencial criação de valor para o território entendendo que a CIM RC em conjunto com a CCDRC fazer uma melhor coordenação recordando o que se passou com Si2E e o SIAC, concordando com a estratégia apresentada mas destacou a importância da implementação que nem sempre se concretiza.

Na componente da inovação destacou a necessidade de uma instituição de ensino superior cada vez mais forte no território.

No que concerne ao tema da segurança tomou a palavra o 2.º Comandante Tenente Coronel Armindo, da GNR, referindo que as normas apontadas são genéricas e consensuais. Relativamente à floresta e à biodiversidade considera que o desenvolvimento numa dimensão económica seria uma forma de mitigar os riscos que a floresta apresenta atualmente.

Interveio Rui Moura, Superintendente Comandante distrital da PSP de Coimbra, dizendo serem redutoras as referências à prevenção e combate da violência contra as mulheres e da violência doméstica. Destacou que se faça, nos principais equipamentos, a abordagem às instalações da PSP, da GNR e do SEF, onde se pode incluir a “fronteira marítima no porto da Figueira da Foz (bens, mercadorias e pessoas)”. Em seu entender a análise SWOT: fará sentido assumir os dados oficiais dos Relatórios Sujeitos a Apreciação Parlamentar e a referência ao “aumento da oferta de espaços públicos acessíveis seguros e confortáveis para todos” carece de contextualização e definição dos conceitos.

Tomou a palavra o Presidente da Cáritas Diocesana de Coimbra, Manuel de Jesus Antunes, valorizando o instrumento de trabalho agora apresentado. No âmbito da inclusão do terceiro

setor na estratégia entende ser um aspeto extremamente positivo pois é um sinal de vinculação e responsabilidade mútuo. Integrar o terceiro setor nos dois grandes objetivos da europa.

O Secretário Executivo Intermunicipal agradeceu os contributos prestados, recordando que no *site* da CIM há um formulário para recolha de novos contributos agradecendo que o façam até ao início da próxima semana.

3. Outros assuntos.

E não havendo mais nada a tratar, o Vice-Presidente do CI, José Brito, agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião eram dezassete horas e vinte e cinco minutos.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Vice-Presidente do CI, José Alberto Pacheco Brito Dias e pela assistente técnica, que secretariou a reunião.

Coimbra, 09 de março de 2020

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal
da CIM Região de Coimbra

(José Alberto Pacheco Brito Dias)

A Assistente Técnica que secretariou a reunião

(Gisela Maria Vaz Parreiral)